



ARTIGOS



Feminismo Autônomo Latino-Americano

na Bolívia, as *Mujeres Creando*
reivindicam a descolonização dos corpos

Hélène Lambert, *Université Libre de Bruxelles*

Neste artigo, pretendo compreender o lugar ocupado pelo corpo na práxis e no pensamento do coletivo boliviano anarquista, feminista e anti-imperialista chamado *Mujeres Creando*. Primeiro, interessei-me pela leitura das relações de poder feitas pelas mulheres do coletivo, para depois analisar os meios implementados por elas para subverter esse mesmo poder, colocando os seus corpos em jogo. Essas partidárias consideram os seus próprios corpos como territórios ocupados pelo poder, que devem ser descolonizados. Através de suas performances de arte-ação, elas buscam desestruturar as normas, abrindo o caminho para um novo imaginário político em sua sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo. Bolívia. Corpo. Decolonial. Performance.



Peru, 1995. Hilaria, uma mulher originária de Hayllacocha, comunidade indígena situada nas terras altas do país, próxima a Cusco, é submetida a uma operação de esterilização, sob pressão das instituições sanitárias nacionais. Desde que essas políticas começaram, nos anos 1990, 331.600 mulheres foram esterilizadas no país – a maioria, de origem pobre e indígena. Essas políticas faziam parte das tentativas de controles demográficos do governo de Alberto Fujimori, destinadas a satisfazer às contrapartidas da renegociação da dívida externa definida pelo Banco Mundial e pelo FMI, dentro do contexto das políticas de ajuste estrutural (BATHÉLÉMY, 2004) impostas por esses organismos internacionais. Em 2015, na França, um escândalo eclodiu no hospital de Lyon: estudantes de medicina teriam praticado frequentemente o toque vaginal em pacientes sob anestesia geral (Le Monde, 30/11/2015). Na Índia, em 29 de dezembro de 2012, uma jovem indiana morreu depois de ser agredida e violada por seis homens dentro de um ônibus em Nova Delhi (Le Monde, 28/12/2012). Para Silvia Federici (2014), tais exemplos de violências contra as mulheres não são anedóticos: ao contrário, são o produto estrutural de um sistema patriarcal, no qual, em períodos de expansão capitalista, o controle e a violência contra o corpo das mulheres se intensificam. Controlar as mulheres equivale a controlar a reprodução humana e, então, a força de trabalho. Porém, se as mulheres são vítimas de dominação, elas são também atrizes de resistências contra essas mesmas dominações, e podem utilizar dos seus corpos como meio de luta.

Na Bolívia, há mais de vinte anos, o coletivo *Mujeres Creando* (“Mulheres Criando”) conduz uma luta pela descolonização dos corpos femininos. Neste artigo, apresento esse coletivo e suas performances de arte-ação¹, que, através de uma linguagem visual tanto poética quanto irreverente, colocam seus corpos em jogo como meio de resistência contra as tentativas de colonização do patriarcado. É, particularmente, o lugar que ocupam os corpos na práxis e no pensamento das *Mujeres Creando* que pretendo compreender. Para isso, utilizo três tipos de material: a produção audiovisual do coletivo, sua produção escrita e entrevistas que realizei com diferentes membros do coletivo, durante os meses de julho e agosto de 2014 e de fevereiro de 2015. Essa pesquisa foi

1 Termo que escolhi para qualificar as performances das *Mujeres Creando*. Esse permite distinguir suas criações culturais, cuja intenção é política, das performances restritas ao mundo da arte. De fato, as *Mujeres Creando* recusam ser chamadas de artistas, preferindo o termo de “agitadoras de rua”.



o objeto de minha dissertação de mestrado em Antropologia, defendida na Universidade Livre de Bruxelas (ULB), em agosto de 2016.

Seremos levados, ao longo deste artigo, a olhar as relações de poder que atravessam os corpos das mulheres na Bolívia contemporânea, sob a perspectiva particular das *Mujeres Creando*. Desde o início, noto a existência de outras interpretações feministas sobre o poder, na Bolívia, porém não serão tratadas neste artigo, visto que o foco de minhas interpelações encontra-se no coletivo. Assim, espero contribuir para um melhor conhecimento do feminismo autônomo latino-americano², e, mais especificamente, boliviano, representado pelas *Mujeres Creando*. Questionando o corpo rebelde como potencial gerador de novos imaginários políticos, quero, também, ir além da desconstrução, e dar ferramentas para pensarmos a luta feminista.

Huguette Dagenais diz:

A pesquisa feminista é tanto uma atividade intelectual, passo necessário à construção de um novo saber (BENSTON, 1982) não sexista e “plenamente humano” (VICKERS 1984) e uma forma de compromisso intelectual. Ela persegue objetivos não só científicos, mas também extracientíficos, sendo aqueles do feminismo como movimento social visando, como o dizia anteriormente, a transformação radical das relações sociais³ (DAGENAIS, 1987, p. 22).

Embora os trabalhos de Jules Falquet (2007, 2011), de Ochy Curiel (2009b), e de Francesca Gargallo (2004) ajudem a compreender o feminismo autônomo latino-americano e caribenho no seu conjunto, e outros trabalhos foquem mais especificamente sobre alguns movimentos feministas na América latina e no Caribe – tais como aqueles sobre as mulheres indígenas no Chiapas (MASSON, 2005) –, há poucas pesquisas relacionadas ao coletivo das *Mujeres Creando*. Entre as que o fizeram, há o trabalho de Elizabeth Monasterios (2006) (em inglês e em espanhol), que aborda pouco a questão do corpo, e os artigos de

2 O feminismo autônomo propõe uma crítica interessante à institucionalização do feminismo na América Latina: esse teria conduzido a uma fragmentação do feminismo em redes distantes de um questionamento radical da sociedade. Criticam, também, sua cooperação com o desenvolvimento econômico, vista negativamente como liberal e neocolonial (FALQUET, 2011).

3 Neste artigo, todas as traduções são minhas.



Gleidiane de Souza Ferreira (2014; ?⁴) que tratam de questões ligadas à autonomia do coletivo, segundo uma abordagem histórica.

Antes de continuar, quero expor os limites deste trabalho, decorrentes principalmente do meu lugar de fala. Como mulher europeia beneficiária de privilégios relativos à classe e à raça, é certo que o terreno estudado me é, por alguns lados, estranho. Nesse sentido, é provável que minha compreensão das situações de dominações vividas por minhas interlocutoras e dos métodos utilizados para contar essas mesmas situações me foram limitados. De maneira similar, entendo a importância da reivindicação de “falar por si mesma” que carregam muitas feministas, inclusive as *Mujeres Creando*. Assim, o presente trabalho comporta certas contradições quanto ao seu processo. Porém, foi de comum acordo com o coletivo que efetuei essa pesquisa, e tentei, assim, ser particularmente fiel à mensagem que elas desejam transmitir, respeitando, porém, as regras do processo científico. Foi, para mim, uma escolha ética estar em uma postura mais compreensiva do que crítica.

Apresentarei, primeiramente, o coletivo das *Mujeres Creando*, depois, sua compreensão do poder, para, finalmente, estudar os meios desenvolvidos para subverter esse mesmo poder e descolonizar seus corpos.

Quadro Teórico

Minha pesquisa se inscreve no encontro de duas sensibilidades teóricas: a tradição foucaultiana, para a qual o corpo é inscrito pelo poder e, ao mesmo tempo, é um lugar de emancipação contra esse poder, e, por outro lado, a tradição dos estudos feministas pós/descoloniais na qual se interrogam os laços profundos entre colonialismo e patriarcado. Para Michel Foucault (1975, 1976), o corpo aparece como um alvo privilegiado do poder. Mas não só: para o autor, onde há poder, há resistência. É nesse sentido que o corpo é “um lugar de inscrição” (SFORZINI, 2014, p. 41) (onde o poder inscreve o seu controle), mas também um lugar de insubordinação à ordem dominante (SFORZINI, 2014, p. 40). Essa teoria é criticada por Judith Butler (1989), que argumenta que Foucault faz existir, em suas obras, um corpo “natural”, como força de resistência à cultura. Esse corpo estaria fora do

4 Sem data de publicação para alguns artigos.



poder, fora da linguagem e fora da cultura⁵. Butler considera, ao contrário, que as resistências dos corpos se fazem nos termos da lei (ou seja, na cultura). A abordagem foucaultiana também é questionada por Silvia Federici (2014), para quem Foucault vê o corpo como um universal abstrato, desconectado das relações econômicas e sociais, tratando, em sua análise, homens e mulheres de maneira indiferente.

As teorias feministas pós/descoloniais vêm responder a essa falta na teoria foucaultiana, posta em evidencia por Silvia Federici. A partir dos anos 1970, numerosas feministas negras, hispano-americanas e indígenas criticaram o feminismo ocidental, muitas vezes carregado por mulheres brancas e de classe média. Para essas, o feminismo branco, que postulou uma condição universal das mulheres partindo da sua própria experiência, não tomou em conta a articulação dos diversos sistemas de opressão, entre eles aquele ligado à raça (CURIEL, 2007). De fato, o racismo e o colonialismo produziram realidades sociais em que as mulheres negras, indígenas ou mestiças sofrem formas diferentes (ou o acúmulo) de violências, em relação às que vemos agir sobre as mulheres brancas. Consequentemente, as mulheres “não-brancas” não se encontram nas reivindicações dessa forma de feminismo geralmente marcado pelo etnocentrismo e eurocentrismo.

É essa a razão por que os escritos e as práticas das feministas negras e chicanas vão no sentido de uma tomada de consciência da articulação dos múltiplos sistemas de opressão: de gênero, de raça, de classe, entre outros. Nasce daí o conceito de interseccionalidade, que especifica a importância do estudo das relações entre esses diferentes sistemas e constitui, assim, uma ferramenta para pensar a dominação de forma complexa (CORBEIL; MARCHAND, 2006, pp. 5-6). Mais recentemente, alguns autores e autoras latino-americanos, tais como Maria Lugones (2008) ou Silvia Rivera Cusiquanqi (2010), vieram reafirmar a importância dos critérios de raça e de etnicidade na dominação de gênero. Em seus trabalhos, Maria Lugones (2008) afirma, por exemplo, que o gênero é uma invenção colonial⁶. Nessa visão, a dominação de gênero é resultado da dominação colonial. É uma teoria que veremos questionada pelas *Mujeres Creando*.

5 Notamos que existem outras interpretações além da de Butler, segundo as quais a posição de Foucault em relação ao corpo seria mais complexa e ambígua (SFORZINI, 2014, pp. 73-74).

6 Vários estudos revelam que existiam relações mais igualitárias entre os sexos nas sociedades pré-coloniais (LUGONES, 2008, pp. 86-92; FEDERICI, 2014, pp. 380-419).



1 Apresentação do coletivo

O coletivo *Mujeres Creando* é um coletivo boliviano feminista, anarquista e anti-imperialista que se define por sua pluralidade de vozes e identidades: “putas”, “bruxas”, “lésbicas” e “heterossexuais”, “índias” e “brancas”, “velhas” e “novas” (Mujeres Creando, 2005, p. 35). O grupo foi criado no início dos anos 1990 por Julieta Paredes e Maria Galindo, duas ativistas “lésbicas”, exiliadas na Itália durante a ditadura de Hugo Banzer Suárez (1971-1978), e que voltaram ao país com a vontade de criar um movimento de mulheres. A partir de críticas à esquerda tradicional da qual fizeram parte e da qual adotaram alguns elementos, elas também foram influenciadas pelo katarismo⁷, pela tradição anarquista andina⁸ e pelo feminismo autônomo latino-americano. Hoje, as *Mujeres Creando* têm mais de vinte anos de existência e sua história conta com um número importante de ações de rua, de grafites pintados nas cidades de La Paz e de Santa-Cruz de la Sierra, de publicações de livros e revistas feministas, de participações em eventos de caráter ativista e artístico internacionais, e de greves de fome como tática de luta.

Ao longo dos anos, o movimento se afirmou em certos valores, como a análise interseccional das opressões, a autonomia econômica e política, a revisão da história e a reinvenção da linguagem, a criatividade e o corpo como instrumentos de luta. Para elas, a rua torna-se campo de batalha (ÁLVAREZ, 2010; Mujeres Creando, 2005). O coletivo também tem dois centros culturais anarcofeministas nas cidades de La Paz e de Santa-Cruz de la Sierra, que são autogeridos pelo coletivo. Esses incluem um café-restaurant para financiar as atividades do movimento, uma biblioteca, uma livraria, uma videoteca, uma sala de projeção e salas de aulas. Também podemos encontrar um serviço de ajuda sociolegal gratuito, destinado a mulheres vítimas de violência para facilitar seu acesso a psicólogas e advogadas.

7 Movimento sindical indígena muito ativo na década de 1970, que denunciou a opressão cultural e a exploração econômica dos indígenas pelos brancos e mestiços (CASEN, 2012, pp. 23-24).

8 Teriam existido, na Bolívia do século XX, sindicatos anarquistas. Os membros desses eram, principalmente, indígenas. A sua afinidade com o anarquismo viria das comunidades andinas, que, no seu modo de organização, praticavam um anarquismo político (CUSIQANQI; KNOLL, 2007). As mulheres tiveram um papel importante no movimento anarquista. Petronila Infantes, mulher indígena e cozinheira, por exemplo, foi uma figura importante para o movimento. Ela fundou, nos anos 1930, um sindicato anarquista de mulheres: “o sindicato das cozinheiras” (ÁLVAREZ, 2003).

2 Compreensão do poder

2.1 Corpos brancos, corpos indígenas

Figura 1: Foto da Virgem Barbie



MARÍA GALINDO
Fotografías de Julieta Ojeda del cortometraje *La Virgen Barbie*,
pertenciente a la obra *AVE MARIA, LLENA ERES DE REBELDIA*
Producción: Mujeres Creando, 2010.

Fonte: Rudax Forever. Disponível on-line em: <<http://rudaxforever.blogspot.be/2010/08/la-virgen-barbie.html>>.

A performance da “Virgem Barbie”⁹ (*Virgen Barbie*), interpretada e filmada pelas *Mujeres Creando*, começa com a imagem de uma caminhonete transportando uma mulher, alta e imponente. A Barbie Virgem tem os olhos e a pele clara, ela carrega na sua cabeça uma coroa e está vestida com uma túnica comprida, nos tons rosa, azul e amarelo. A seus pés, se encontram mulheres indígenas, a maioria

⁹ Existem na Bolívia, vários cultos a Virgens – tais como o culto da Virgem de Guadalupe, da Virgem de Copacabana ou da Virgem de Urkupiña. A Virgem Barbie foi inventada pelas *Mujeres Creando* para a sua performance.



vestidas com a roupa tradicional da *chola*¹⁰, e parecem-se minúsculas em comparação. Em uma das mãos, a Virgem Barbie carrega o mundo, simbolizado por um globo, e, na outra, a religião cristã, simbolizada por uma cabeça de cordeiro. Quando a caminhonete para, a protagonista é levada em uma maca até um ponto elevado, que oferece uma vista espetacular da cidade de La Paz. Vemos milhares de pequenas casas de tijolos agarradas às encostas íngremes das montanhas e, no centro, alguns imóveis mais altos. No vestido da protagonista, encontra-se a seguinte inscrição: “Virgem patroa do racismo”. Uma vez a maca colocada no chão, de costas para a cidade, a Virgem Barbie faz um discurso:

“Não quero mais ser a Virgem Barbie
Não quero mais ser a patroa do racismo
Nem a protetora do capitalismo
Não quero mais ser a Virgem Barbie
Não quero mais ensinar as meninas
A odiar os seus corpos morenos
Não quero mais ser um ninho
De preconceitos, insultos e de complexos
Não quero ser a Virgem administradora
E santificadora de privilégios
[...]
Quero que atrás de mim
Colapse o racismo
E a cor branca que o alimenta
Que os úteros das mulheres brancas
Possam dar à luz a mulheres morenas
Que as mulheres morenas tenham filhos loiros
E que o amor e o desejo nos misture

10 O termo *chola* qualifica mulheres bolivianas, indígenas ou mestiças, originárias das zonas andinas do país. A roupa vestida pelas *cholas* – uma saia comprida, um largo xale e um chapéu-coco sob o cabelo dividido em duas tranças – teria sido inspirada no vestido das mulheres espanholas. Foi durante a época colonial, frente às duras políticas prosseguidas contra os indígenas, que este traje passou a ser adotado por mestiças, na busca por distinguir-se do mundo indígena. Hoje, a roupa da *chola* virou, ao contrário, um sinal forte de identidade e de orgulho indígena (FLÉTY, 2011, p. 25).



Até diluir todas as estirpes de nobres
De patrões e proprietários do mundo
[...]"

Nessa performance, o que choca, primeiramente, o espectador, é a diferença de tamanho e de postura entre a Virgem Barbie (alta, imponente e orgulhosa) e as mulheres indígenas que estão aos seus pés (pequenas e curvas). É imitando e ampliando os papéis sociais cumpridos pelas mulheres brancas e indígenas que essa performance busca denunciar as desigualdades de raça existentes entre mulheres na sociedade boliviana. Na Bolívia, as mulheres ocupam lugares diferentes dentro da hierarquia social, ligados a sua origem étnica e sua cor de pele. Em geral, as mulheres brancas, que pertencem às classes dominantes, têm um trabalho assalariado no setor formal da economia. As mulheres indígenas, ao contrário, fazem parte das classes populares, e trabalham nos setores informais, por salários muito baixos (ROUSSEAU, 2009, p. 148). São empregadas, pequenas comerciantes e artesãs, ou cobradoras de ônibus (FLÉTY, 2011, p. 24). Segundo Maria Galindo (2013) – membra e líder das *Mujeres Creando* – os preconceitos estéticos desempenham, também, um papel importante nesse sistema de desigualdades econômicas, sociais e culturais. Assim, o imaginário reparte radicalmente os corpos em dois grupos: os que são eroticamente desejáveis e os que não são.

A cor de pele e a origem étnica funcionam como principais critérios classificatórios. De um lado, os corpos das mulheres indígenas são considerados como feios, e devem renunciar a corresponder ao que geralmente é visto como bonito. Além disso, elas também são as principais vítimas de abusos sexuais. Para Canessa (2008), cujos estudos chegam às mesmas constatações que as de Maria Galindo, o corpo feminino indígena não é, na Bolívia, um corpo erotizado como o da mulata nos países latino-americanos com significativa população negra. O abuso das mulheres indígenas pelos homens deve ser entendido como um meio para que esses imponham o seu poder. De outro lado, na visão das *Mujeres Creando*, as mulheres brancas, erigidas em ideal de beleza, têm o papel de adaptar constantemente os seus corpos aos desejos do olhar machista. Também sua sexualidade é estritamente controlada: muitas vezes, é esperado que elas mantenham sua virgindade até o casamento e que não tenham relações sexuais com homens não-brancos. Assim, além de agradar ao olhar machista, as mulheres brancas são



encarregadas de reproduzir a raça branca, e então, de fato, os sistemas de privilégios ligados a sua cor de pele.

Esse duplo aspecto da opressão denunciado pelas partidárias, consequência de uma sociedade tanto mercantil como profundamente religiosa, é plenamente revelado pela personagem da Virgem Barbie, que encarna tanto uma santa como um modelo. No fim da performance, ela tira seu vestido e aparece em uma mortalha ensanguentada. Depois, as mulheres indígenas que a acompanham levam-na, vestem-na e a penteiam de sua maneira tradicional. Compreendemos que, sob os privilégios de raça e classe de que usufruem as mulheres brancas, seus corpos permanecem, ainda, objetos de violência patriarcal. O fim da ação parece sugerir que a solução dessa situação teria que ser buscada na cultura indígena, ainda que as *Mujeres Creando* estejam longe de a idealizar.

Quanto à cultura indígena, o coletivo questiona, por exemplo, o caráter sexista do uso da roupa: são as mulheres que tem que o vestir, e que são responsáveis por preservar as tradições; as que não o vestem são vítimas de piadas e exclusões. Os homens, ao contrário, vestem-se ao modo ocidental. Como consequência, as mulheres são as primeiras vítimas do estigma associado a sua ascendência indígena. Essa realidade é evidenciada nos estudos de Véronique Marchand (2013) sobre a linguagem socioétnica do vestido na Bolívia.

O coletivo denuncia, ainda, a idealização do mundo indígena por parte do governo de Evo Morales. Apoiado por organizações indígenas, camponesas e operárias, Morales – primeiro presidente indígena da América Latina – e seu partido o MAS chegaram ao poder em 2006. Respondendo rapidamente às demandas dos setores sociais mobilizados, nacionalizou os hidrocarbonetos em primeiro de maio desse mesmo ano (ORTIZ, 2011) e estabeleceu políticas sociais a favor dos mais desfavorecidos: programas de alfabetização, aumento de 13,6% no salário mínimo, uma diminuição de 25% das contas de eletricidade dos mais pobres, a redução à metade dos salários dos altos funcionários e deputados (LACROIX, 2007, pp. 267-269; ROUSSEAU, 2009, pp. 155-157).

Sobre a questão das mulheres, contudo, o balanço é mitigado. O relatório da Anistia Internacional de 2014 aponta, por exemplo, os problemas seguintes: uma demanda insatisfeita no acesso aos contraceptivos, uma importante mortalidade materna que afeta



mulheres pobres e racializadas, a criminalização do aborto e as condições perigosas de clandestinidade nas quais ele se pratica (Anistia Internacional, 2015). Além disso, o discurso estatal apresenta as causas do patriarcado como situadas apenas na colonização e nas suas manifestações contemporâneas, o que leva a uma idealização das relações entre sexos que estão em jogo no mundo indígena. O *chachawarmi* (princípio de complementaridade entre homens e mulheres segundo uma visão andina) é, por exemplo, considerado como já adquirido nas comunidades tradicionais (NAGELS, 2013, pp. 95-102; ORTIZ, 2011, p. 166). Para as *Mujeres Creando*, as relações de dominância estão presentes nessas, e, por isso, é importante não buscar soluções injustiças entre sexos em um passado pré-colonial mitificado.

2.2 Território estuprado, corpo colonizado

Encontramos, muitas vezes, na produção das *Mujeres Creando*, um paralelismo entre o corpo das mulheres como objeto de violência e os territórios colonizados ou entre o corpo como território colonizado e o território como corpo estuprado. No curta-metragem “Não me chamo América” (*No me llamo America*), vemos surgir uma cabeça de mulher do subcontinente latino-americano. Essa, de uma voz cavernosa e firme, recita o texto seguinte:

Não me lembro do meu nome, mas sei que não é América
Sei que tampouco é hispano-américa
Não é me batizando que você mudou o meu nome, mas me estuprando
Que você me impôs outro nome
Você esperava prostrar-me e que eu esquecesse
Quem eu sou
Mas eu sei que não te pertencço
Sei que não sou um pedaço de ti
Sou outro continente
Um outro lugar do mundo
Uma outra pessoa

Esse curta-metragem faz uma crítica direta ao imperialismo estadunidense e europeu, produzindo uma analogia entre a conquista do continente americano e a do corpo das mulheres. Por um lado, o coletivo

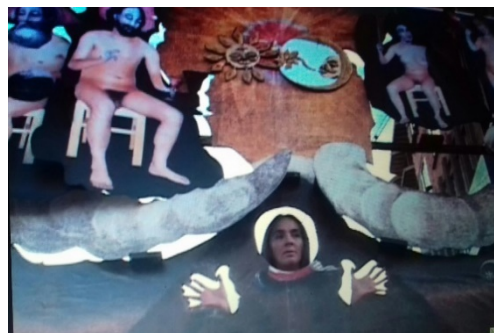
fala da colonização como um estupro do continente latino-americano. Por outro lado, a vontade de descolonizar os corpos é uma temática que volta frequentemente em suas produções. Essa analogia permite revelar uma série de elementos importantes para o coletivo: primeiramente, ela evidencia a existência de um laço entre (neo)colonialismo e o domínio do corpo das mulheres. Falar da colonização dos corpos evoca políticas que foram (e são) administradas sobre os corpos de maneira similar àquelas impostas aos territórios colonizados. Segundo Michel Foucault, na era do capitalismo mundializado, essas políticas visam a acumulação pelo intermediário do adestramento dos corpos e da gestão calculada da vida (SFORZINI, 2014). Em segundo lugar, partindo dessa analogia, entendemos que, para as *Mujeres Creando*, as lutas pelos corpos e pelos territórios se sobrepõem. Ou seja, luta feminista e luta decolonial se sobrepõem.

Figura 2: Foto da tela original *Virgen del Cerro*



Fonte : <http://www.viajeros.com/diarios/potosi/virgen-del-cerro-2>

Figura 3: Foto do curta-metragem *Virgen del Cerro*



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Em uma performance intitulada “Virgem da Montanha” (*Virgen del Cerro*), as *Mujeres Creando* subvertem a trama do poder colonial e



patriarcal, que inspira a tela de mesmo nome, mobilizando seus diferentes elementos. A performance termina com o seguinte grafite, pintado embaixo da tela: “soberania em meu país e em meu corpo”. Para o coletivo, a luta que começa com a descolonização dos corpos termina na escala do país. Finalmente, a analogia revela que a questão dos corpos também é uma questão de espaço. É apenas uma vez que os corpos se possam mover livremente que eles serão capazes de gerar uma situação política radicalmente nova. É uma ideia que está no centro da performance da “Virgem da Montanha”: no início, a protagonista toma o lugar da Virgem da tela, que está embutida na montanha, e vê-se presa entre a pressão do poder imperial e a pressão da Igreja. Somente quando consegue mover-se como quer ela pode subverter o poder da Igreja, cortar a cabeça do rei e inventar um novo Estado feminista.

2.3 O controle da reprodução

Para Maria Galindo (2013) e outros membros do coletivo que entrevistamos, as diferentes instituições patriarcais (religiosas, estatais) têm em comum o controle da reprodução humana e, mais especificamente, das funções reprodutoras assumidas pelo corpo das mulheres. No seu livro *Calibã e a bruxa*, Silvia Federici (2014) evidenciou a importância do controle da reprodução para a acumulação do capital, no contexto de transição do feudalismo para o capitalismo (FEDERICI, 2014, p. 32). Para as *Mujeres Creando*, além de garantir o aporte da força de trabalho para o crescimento do capital, o domínio das dinâmicas biológicas das mulheres serve à continuidade dos privilégios raciais (GALINDO, 2013, pp. 114-115). Aos olhos do coletivo, a importância da reprodução está situada em um contexto complexo, entre capitalismo, colonialismo (interno e externo) e racismo.

3. Meios para liberar os corpos

3.1 A desobediência cultural para um novo imaginário político

Para liberar os corpos, a estratégia principal das *Mujeres Creando* é a desobediência cultural. Para elas, desobedecer é, primeiro, estar fora do lugar atribuído às mulheres. Trata-se de subverter normas comportamentais. As mulheres do coletivo valorizam, por exemplo, a agressividade nos seus comportamentos, o que contrasta fortemente com as convenções que tentam circunscrever as mulheres em



comportamentos doces e apagados. Consiste, também, em ocupar espaços muitas vezes proibidos às mulheres, como o espaço público. Ocupar esse espaço para fazer política constitui já uma travessia de fronteiras.

Além disso, recusar o lugar atribuído às mulheres significa ir contra as crenças consagradas na sociedade e chocar para provocar questionamentos e debates. Com base nesse objetivo, realizaram uma performance, em Santa-Cruz de la Sierra, na qual algumas *Mujeres Creando* decidiram expor seus corpos nus em frente à principal e mais prestigiosa igreja da cidade. As reações foram variadas: indignação, insultos, mas, também, admiração. Foi com esse mesmo objetivo que Maria Galindo e Julieta Paredes, as duas cofundadoras do coletivo, que estiveram em uma relação amorosa até 2002, encenaram uma performance na qual declaram seu amor e se beijam publicamente. Nessa, desenharam um coração no meio da rua; dentro dele, montaram uma cama. Depois, tomando lugar na cama, elas declaram:

Estamos jogadas no chão, na rua, vulneráveis às suas críticas, vulneráveis a sua morosidade, vulneráveis aos seus julgamentos, a suas correntes. Mas o que ninguém, ninguém de vocês pode negar, é que é um amor corajoso, é um amor que constroi, que cria [...]. Decidimos desenhá-lo hoje, nas calçadas dessa rua: somos lésbicas, nos amamos, respeitamos o amor.

Vemos, no vídeo dessa performance, que ela provoca embaraço e desconforto nos espectadores. Essa maneira de desafiar as normas sociais para mudá-las e emancipar-se é exemplar do modo de ação das *Mujeres Creando*. Os filmes da “*chola livre*” e da “*Virgem Barbie*” são caracterizados por estratégias similares. O primeiro encena uma *chola* desfazendo suas tranças, deixando seu cabelo voar ao vento e contando a sua concepção do amor livre. A *chola livre* é uma mulher que recusa conter a tradição no seu corpo: ela desfaz as suas tranças (sinal forte de identidade indígena), reivindica sua liberdade e fala de sua atração pelas mulheres. Através dessa performance, as *Mujeres Creando* buscam denunciar o tabu que inibe as mulheres indígenas de deixar o cabelo solto, vestir-se à moda ocidental ou apresentar uma orientação sexual outra, como a homossexual.



Julieta Paredes¹¹ (2008), cofundadora do coletivo, afirma que, como o *chachawarmi* (casal homem e mulher) é a “unidade de base” nas comunidades indígenas, a homossexualidade é muitas vezes mal considerada por essas. Sobre essa temática em particular, os estudos não concordam: embora o trabalho de Ledezma Main (2005) aponte uma forte discriminação contra os homossexuais nas comunidades andinas, a pesquisa de Alison Spedding e Helan Vichevich (2016) estipula, ao contrário, que a homossexualidade é reconhecida e aceita nas culturas locais.

No segundo filme do coletivo, a Virgem Barbie faz um discurso, no qual diz recusar-se a se alinhar às normas, tanto comportamentais quanto de beleza, das quais sente a pressão. No fim da performance, ela dá à luz um filho moreno, rompendo com a proibição de parceiros não-brancos. Da mesma maneira que o *drag* de Butler questiona a ligação naturalizada entre gênero e sexo, a *chola* livre e a Virgem Barbie questionam, na sociedade boliviana, a ligação naturalizada entre gênero e etnicidade. Seus corpos recusam-se a responder às normas sociais que lhe são assignadas; eles provocam um curto-circuito na ordem do sistema patriarcal e colonial, vindo revelar seu caráter construído, e então, potencialmente, o fato de que possa ser desconstruído. Nesse sentido, para as *Mujeres Creando*, a emancipação não é pensada como um retorno a uma identidade originária, mas, retomando as palavras da Butler, como uma aventura até “um futuro aberto e pleno de possibilidades culturais” (BUTLER, 1990, p. 198). Numa ótica semelhante, Silvia Rivera Cusiquanqi (2010), intelectual boliviana mestiça, critica a condição originária na qual são confinados os indígenas e insiste em construir uma modernidade indígena.

Ao lado das estratégias de liberação que se relacionam com o espaço, há as que se relacionam com a linguagem (visual). As *Mujeres Creando* usam muitas vezes os símbolos do opressor, no objetivo de subvertê-los. É o caso no campo religioso. Por exemplo, os centros culturais do coletivo se chamam respectivamente “A Virgem dos desejos” e “Os desejos da Virgem”. Ou, na performance da Virgem Barbie, a protagonista encarna tanto uma “Virgem” como uma “Barbie”. Assim,

11 Em 2002, Julieta Paredes e Maria Galindo, amantes e cofundadoras do coletivo, se separam, e o grupo é dividido em duas frações. Julieta Paredes fundou um novo coletivo, chamado *Mujeres Creando Comunidad*, que elabora um feminismo comunitário desde uma visão andina e que trabalha com o governo de Evo Morales (ALFARO, 2010, p. 213); Maria Galindo continua com as *Mujeres Creando*.



como vemos, a ideia é partir de uma simbologia religiosa, política ou cultural para questionar o poder.

Em resumo, as *Mujeres Creando* usam um largo painel de técnicas nas suas obras de subversão cultural: fazem surgir corporeidades incomuns, rompem com as imagens da rotina estética cotidiana com uma linguagem visual irreverente, apropriam-se das simbologias do poder para questionar, incomodar, perturbar e chocar. Nesse processo, o corpo é o seu primeiro instrumento de luta. Atravessar, corporalmente, as fronteiras invisíveis do mundo social permite, individualmente, evoluir para mais liberdade em seus corpos, e, assim, abrir caminho para novas realidades sociais.

3.2 A mestiçagem como horizonte

No longo prazo, o horizonte cultural visado pelas *Mujeres Creando* para liberar os corpos inscritos é a mestiçagem. Essa ideia da mestiçagem como última resposta à colonização dos corpos aparece claramente no discurso da Virgem Barbie, que diz “Que os úteros das mulheres brancas possam dar à luz mulheres morenas. Que as mulheres morenas tenham filhos loiros. E que o amor e o desejo nos misture”. No entanto, o conceito de mestiçagem se distingue da ideologia da mestiçagem promovida por nações latino-americanas que coincide com o mito da democracia racial¹² (DÁVILA, 2011). Não tendo como ambição a homogeneização e a volta de uma identidade *standard* que camuflaria as hierarquias em presença, o coletivo busca, antes, ultrapassar os essencialismos para dar lugar a identidades modernas múltiplas. Na sua visão, essas identidades múltiplas são impossíveis de generalizar ou de reduzir uma às outras, e vêm encontrar-se de maneira horizontal em um processo de permanente mudança e conflito (Mujeres Creando, 2005, pp. 213-217). Esse pensamento da hibridação aproxima as *Mujeres Creando* às feministas chicanas. No seu texto “A consciência da mestiça”, Gloria Anzaldúa diz assim:

12 Para Dávila (2011), o mito da democracia racial dá aos países de América Latina a imagem de sociedades com relações harmoniosas entre raças e contribui com o obscurecimento do racismo, no entanto presente. De maneira similar, a ideia de que uma identidade mestiça seja a marca das sociedades latino-americanas se constrói sob a negação das histórias singulares dos diferentes grupos raciais e, assim, das hierarquias raciais. É nesse contexto que as reivindicações identitárias adquirem, na América Latina e para os grupos raciais, uma importância fundamental (ARAUJO; SAILLANT, 2007; HANCHARD, 2001).



*En unas pocas centurias*¹³ [em poucos séculos], o futuro pertencerá à *mestiza*. O futuro, ligado à capacidade de analisar e decompor os paradigmas, depende da possibilidade de estar entre duas ou várias culturas. Criando um novo *mythos* na maneira de perceber a realidade, na maneira de ver-nos e comportar-nos – a *mestiza* cria uma nova consciência [...]. Direcionar maciçamente o pensamento dualista da consciência individual e coletiva constitui o início de uma longa luta, mas de uma luta que poderia, é a nossa maior esperança, nos levar até o fim do estupro, da violência, e da guerra (ANZALDUA, 2015, p. 8).

De maneira similar, as *Mujeres Creando* veem a solução da injustiça racial na fusão de identidades diversas. Essas se afastam, no entanto, de uma visão *queer* ocidental, que permanece profundamente colonial ao buscar, no seu processo de desconstrução, o apagamento das diferenças.

Conclusão

Temos visto que, para as *Mujeres Creando*, o poder tem efeitos diferenciados sobre os corpos de mulheres brancas e indígenas, as quais são confinadas em papéis sociais diferentes. De um lado, as mulheres indígenas têm o papel de guardiãs da autenticidade indígena, sendo incentivadas a vestir a roupa tradicional, enquanto servem de reserva de mão de obra barata para a economia neoliberal. Seus corpos, considerados feios pelas normas estéticas racistas, são disponibilizados sob um sistema patriarcal que vê no seu abuso uma maneira de sentar e afirmar seu poder. Do outro lado, as mulheres brancas são erigidas como ideal de beleza, e têm como papel adaptar seus corpos aos desejos do olhar machista. Além disso, encarregadas de reproduzir a raça branca, e então, o sistema de privilégios econômicos ligados à cor de pele, sua sexualidade é socialmente controlada. Sejam os corpos brancos ou morenos, suas dinâmicas biológicas são objeto de controle.

As *Mujeres Creando* situam as origens das relações de poder que as atravessam tanto no colonialismo como no mundo pré-colonial, o qual deve ser desmistificado. Nesse sentido, elas acusam o governo de Evo Morales de buscar soluções às injustiças em um passado fictício e

13 É, deliberadamente, em um texto que evidencia sua posição complexa de mulher entre duas culturas (americana e mexicana), que Gloria Anzaldúa escolhe escrever tanto em inglês como em espanhol-chicano (BACHETTA; FALQUET, 2015, p. 4).



idealizado, o que contribui para esconder as relações de poder que existem nas comunidades indígenas.

Partindo dessa compreensão do poder, as *Mujeres Creando* elaboram estratégias de resistência. Nesse processo, o corpo é pensado como um território ocupado, que deve ser descolonizado. “Descolonizar” os seus corpos implica, primeiramente, tornarem-se plenamente soberanas nas decisões relativas a eles. Significa, também, que as *Mujeres Creando* querem ter domínio do seu primeiro instrumento de luta, que é esse corpo. A conquista da liberdade pelos seus próprios corpos é, para elas, o primeiro passo de uma luta cultural e social. Nesse sentido, uma estratégia fundamental do coletivo é a desobediência cultural, que consiste em agir contra as normas sociais ancoradas na sociedade, de maneira a fluidificar os movimentos dos corpos. Além disso, como há na Bolívia atual uma aspiração à autenticidade indígena (que se acompanha de uma concepção essencialista das identidades), o coletivo busca suscitar um novo imaginário político articulado à volta de identidades múltiplas, dinâmicas e horizontais.

Para terminar, é possível perguntar-se se as *Mujeres Creando* conseguiram atingir os setores pobres da sociedade. De fato, a maioria das mulheres de classe popular (e então muitas vezes indígenas) se mobilizam em outros espaços, principalmente sindicatos indígenas e camponeses (ROUSSEAU, 2009, p. 52). Também, a visão de sociedade própria das *Mujeres Creando* diverge daquela do movimento das mulheres indígenas que, partindo de uma visão indenitária, articula-se pela volta do *chachawarmi* (ROUSSEAU, 2009, p. 52). A questão das divergências que existem entre a visão própria das *Mujeres Creando* e a do movimento de mulheres populares e, mais amplamente, entre o feminismo autônomo latino-americano e os movimentos de mulheres indígenas e camponesas não pôde ser tratada neste trabalho, porém merece ser aprofundada em futuras pesquisas.

Referências

ACCION. Produção: Maria Galindo, Mujeres Creando. DVD. La Paz: 2003.

ALVAREZ, H. Mujeres creando, un féminisme de luttres concrètes. **Réfractio**ns, Paris, v. 24, p. 139-142, 2010. Disponível em: <https://refractions.plusloin.org/IMG/pdf/2415.pdf>. Acesso em: 29 set. 2017.



ANZALDUA, G. La conscience de la Mestiza. Vers une nouvelle conscience. **Cahiers du Cedref**, n. 18, p. 75-96, 2011. Disponível em: <<https://cedref.revues.org/679>>. Acesso em: 29 set. 2017.

BARTHELEMY, F. Stérilisations forcées des Indiennes du Pérou. **Le Monde diplomatique**, vol. 5, n. 602, 2004, p.14. Disponível em : <https://www.monde-diplomatique.fr/2004/05/BARTHELEMY/11190>. Acesso em : 29 set. 2017.

BEVERLY J. Prefacio. In: **No pudieron con nosotras: El desafío del feminismo autónomo de Mujeres Creando**. Ed. Elizabeth Monasterios. University of Pittsburgh, 2006, p. 11-17.

BUTLER, J. Foucault and the Paradox of Bodily Inscriptions. **The Journal of Philosophy**, V. 86, n. 11, p. 601-607, 1989. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2027036?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 29 set. 2017.

BUTLER, J., **Trouble dans le genre**. Le féminisme et la subversion de l'identité. Ed. la découverte poche, Paris, (2006) [2005, 1999, 1990], p. 1-284.

CASEN, C. Le katarisme bolivien: émergence d'une contestation indienne de l'ordre social. **Critique internationale**, n. 57, 2012/4, p. 23-36. Disponível em : <<https://www.cairn.info/revue-critique-internationale-2012-4-page-23.htm>>. Acesso em : 29 set. 2017.

CHOLLET, M. Femen partout, féminisme nulle part. **Le Monde diplomatique**, 2013. Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/carnet/2013-03-12-Femen>. Acesso em: 29 set. 2017.

COCCO, G. Anthropophagies, racisme et actions affirmatives. **Multitudes**, n. 351, p. 43-53, 2018. Disponível em : <<https://www.cairn.info/revue-multitudes-2008-4-page-41.htm>>. Acesso em: 29 set. 2017.

CORBEIL, C. ; MARCHAND, I. Penser l'intervention féministe à l'une de l'approche intersectionnelle: défis et enjeux. **Nouvelles pratiques sociales**, V. 19, n. 1, 2006, p.40-57. Disponível em : <<https://www.erudit.org/fr/revues/nps/2006-v19-n1-nps1615/014784ar/>>. Acesso em: 29 set. 2017.



CURIEL, O. ; MASSON, S. ; FALQUET, J. Edito. In: **Féminismes dissidents en Amérique Latine et aux Caraïbes**. Nouvelles questions féministes, v. 24, n. 2, 2005, p. 4-14.

CURIEL, O. Critique postcoloniale et pratiques politiques du féminisme antiraciste. **Mouvements**, n. 51, 2007, p. 119-129. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-mouvements-2007-3-page-119.htm>>. Acesso em: 29 set. 2017.

CURIEL, O. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde America Latina y el Caribe. In: **Primer Coloquio Latinoamericano Sobre Praxis Y Pensamiento Feminista**, 2009, Buenos Aires. Disponível em: <http://feministas.org/IMG/pdf/Ochy_Curiel.pdf>. Acesso em: 29 set. 2017.

CUSIQANQI, S. Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. **Retazos-Tinta Limón**, Buenos aires, 2010, p. 1-80. Disponível em: <<https://chixinakax.files.wordpress.com/2010/07/silvia-rivera-cusicanqui.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2017.

DAGENAIS, H. Méthodologie féministe et anthropologie: une alliance possible. **Anthropologie et Sociétés**, v. 11, n. 1, 1987, p. 19-44. Disponível em : <<https://www.erudit.org/fr/revues/as/1987-v11-n1-as513/006385ar/>>. Acesso em: 29 set. 2017.

DÁVILA, J. Capítulo 1. In: **Hotel tropico: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)**. Ed. Paz e terra, Rio de Janeiro, 2001.

DE SOUZA FERREIRA, G. Escrever, transmitir, atuar e divulgar: construindo práticas feministas autônomas. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTORIA “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”, agosto 2014, UFSC, Florianópolis, **Anais do XV**. Disponível em : <http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1405890371_ARQUIVO_Quandoescrever.pdf>. Acesso em: 29 set. 2017.

DE SOUZA FERREIRA, G. **Un estudio inicial sobre la revista feminista Mujer Pública**. Instituto de Altos Estudios Sociales IDAES. Disponível em: <http://www.idaes.edu.ar/pdf_papeles/M1%20-%2015%20-%20



%20Un%20estudio%20inicial%20sobre%20la%20revista%20feminista%20Mujer%20P%C3%BAblica.pdf>. Acesso em: 29 set. 2017.

DOCTOR, R. Mujeres Creando en principio Potosí. **Revista Mujer Publica**, n. 4, p. 148-159.

FALQUET, J. Le mouvement féministe en Amérique latine et aux Caraïbes : défis et espoir face à la mondialisation néolibérale. **Actuel Marx**, n. 42, PUF, 2017, p. 36-47. Disponível em : <<https://www.cairn.info/revue-actuel-marx-2007-2-page-36.htm>>. Acesso em: 29 set. 2017.

FALQUET, J. Les féministes autonomes latino-américaines et caribéennes : vingt ans de critique de la coopération au développement. **Recherches féministes**, v. 24, n. 2, 2011, p. 39-58. Disponível em : <<https://www.erudit.org/fr/revues/rf/2011-v24-n2-rf5005937/1007751ar/>>. Acesso em : 29 set. 2017.

FEDERICI, S. **Caliban et la sorcière**. Femmes, corps et accumulation primitive. Ed. Entremonde, Genève-Paris, 2014, p. 1-459.

FLETY, L. Jeux du corps et jeux identitaires chez les Cholas. **Civilisations**, n. 60-1, 2011, p. 23-42. Disponível em : <<https://civilisations.revues.org/2707>>. Acesso em : 29 set. 2017.

FOUCAULT, M. **Surveiller et punir**. Ed. Gallimard, Paris, 1975 p. 1-360.

FOUCAULT, M. **Histoire de la sexualité**. La Volonté de Savoir , Ed. Gallimard, Paris, 1976, p. 1-212.

FOUCAULT, M. **Naissance de la biopolitique**. Ed. EHESS Gallimard Seuil, 1978-1979, p. 1-336.

GALINDO, M. **No se puedo descolonizar sin despatriarcar**. Ed. Mujeres Creando, La Paz, 2013, p. 1-206.

GALINDO, M. Desacralizar la virgen y cortarle la cabeza al rey : una lectura feminista no autorizada de la virgen del cerro. **Revista Mujer Publica**, n. 4, p. 172-185.

HANCHARD, M. **Orfeu e poder: o movimento negro no Rio e São Paulo (1945-1988)**. Rio de Janeiro : Ed. Uerj, 2001, p.1-243.



KNOLL, A.; CUSIQANQUI, S-R. **Indigenous Anarchism in Bolivia**. An interview with Silvia Rivera Cusicanqui, 2007. Disponível em: <https://fr.scribd.com/document/247328708/Silvia-Rivera-Cusicanqui-Indigenous-Anarchism-in-Bolivia>. Acesso em: 29 set. 2017.

LAVAUD, J- P. La Bolivie d'Evo Morales : continuités et ruptures. **Problèmes d'Amérique Latine**, n. 85, 2012, p.73-97. Disponível em : < <https://www.cairn.info/revue-problemes-d-amerique-latine-2012-3-page-73.htm>>. Acesso em : 29 set. 2017.

LACROIX, L. La gouvernance de l'ethnicité en Bolivie. **Outre-Terre**, n. 18, 2007, p. 253-271. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-outre-terre1-2007-1-p-253.htm>>. Acesso em: 29 set. 2017.

L'INDE rend hommage à l'étudiante morte après un viol collectif. **Le Monde**, Paris, 28/12/2012. Disponível em : < http://www.lemonde.fr/asi-pacifique/article/2012/12/28/inde-l-etat-de-la-victime-d-un-viol-collectif-se-deteriore-gravement_1811239_3216.html>. Acesso em: 29 set. 2017.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rosa**, Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca Bogotá, n. 9, 2008, p. 73-101. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/396/39600906.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2017.

MAIN, L. Percepción del aymara boliviano sobre la homosexualidad. **Bulletin de l'Institut français d'études andines**, La Paz, n. 45, v. 3, 2004, p.433-450 Disponível em: . <<https://bifea.revues.org/8084#quotation>>. Acesso em 29 set. 2017.

MAMA no me lo dijo. Produção: Maria Galindo, Mujeres Creando. DVD. La Paz: 199?.

MARCHAND, V. Pollera y vestido, le langage socioethnique du vêtement : migration, génération, profession et instruction. **Cahiers des Amériques Latines**, n. 60-61, 2009, p. 221-239. Disponível em : <<https://cal.revues.org/1459#quotation>>. Acesso em : 29 set. 2017.

MONASTERIOS, E. Prefacio. In **No pudieron con nosotras**: El desafío del feminismo autónomo de Mujeres Creando. Ed. Elizabeth Monasterios, University of Pittsburgh, 2006, p. 17-26.



MUJERES CREANDO. **Mujeres Grafiteando más**. Ed. Mujeres Creando, La Paz, 2009, p.1-180.

MUJERES CREANDO. **La virgen de los Deseos**. Tinta Limón, Buenos Aires, 2005, p. 1-256. Disponível em: <<http://mujerescreando.org/pag/publicaciones/libros/LA-VIRGEN-DE-LOS-DESEOS--Mujeres-Creando.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2017.

MUJERES CREANDO. **Maternidad y soberanía sobre nuestro cuerpo**. Ed. Mujeres Creando, La Paz, p. 1-66.

NAGELS, N. Quand l'institutionnalisation du genre s'ethnicise. Le cas bolivien. **Lien social et politiques**, n. 69, 2013, p. 91-106. Disponível em : <<https://www.erudit.org/fr/revues/lsp/2013-n69-lsp0644/1016486ar/>>. Acesso em: 29 set. 2017.

NO SE PUEDE DESCOLONIZAR, sin despatriarcalizar. Produção: Mujeres Creando. DVD. 2013.

PAREDES, J. **Hilando fino desde el feminismo comunitario**. La Paz, 2008, p. 1-17. Disponível em: <<http://mujeresdelmundobabel.org/files/2013/11/Julietta-Paredes-Hilando-Fino-desde-el-Fem-Comunitario.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2017.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina. In: **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Edgardo Lander (comp.), CLASCO, Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2000, p 1-246. Disponível em : <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 29 set. 2017.

QUIROS, K; IMHOFF, A. Descolonizando el cuerpo. Vidéoperformance féministe, queer et postcoloniale latino-américaine. **Multitudes**, n. 35, 2008, p. 184-193. Disponível em : <https://www.cairn.info/revue-multitudes-2008-4-page-184.htm>. Acesso em: 29 set. 2017.

ROUSSEAU, S. Genre et ethnicité racialisée en Bolivie: pour une étude intersectionnelle des mouvements sociaux. **Sociologie et sociétés**, v. 41, n. 2, 2009, p. 135-160. Disponível em : <<https://www.erudit.org/fr/revues/socsoc/2009-v41-n2-socsoc3594/039262ar/>>. Acesso em: 29 set. 2017.



SAILLANT, F. ; ARAUJO, A-L. L'esclavage au Brésil : le travail du mouvement noir. **Ethnologie française**, vol. 37, n. 3, 2007, p. 457-466. Disponível em : <<https://www.cairn.info/revue-ethnologie-francaise-2007-3-page-457.htm>>. Acesso em : 29 set. 2017.

SANTI, P. La fin du toucher vaginal sans consentement. **Le Monde**, 30/11/2015. Disponível em : <http://www.lemonde.fr/medecine/article/2015/11/30/medecine-la-fin-du-toucher-vaginal-sans-consentement_4820833_1650718.html>. Acesso em: 29 set. 2017.

SFORZINI, A. **Michel Foucault une pensée du corps**. PUF philosophies, Paris, 2014, p.1-153.

SPEDDING, A. ; VICHEVICH, H. Homosexualidad rural en los Andes: notas desde los Yungas de La Paz, Bolivia. **Bulletin de l'Institut français d'études andines**, v. 45, n. 3, 2016, p. 1-19. Disponível em : <<https://bifea.revues.org/8084#quotation>>. Acesso em : 29 set. 2017.

GAMARRA, U. K. Desafíos de la despatriarcalización en el proceso político boliviano. **T'inkazos**, n. 28, 2010, p. 33-49. Disponível em: <<http://www.scielo.org.bo/pdf/rbcst/v13n28/v13n28a02.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2017.

ORTIZ, Y. J. Feminismo y descolonización. **Nueva sociedad**, n. 234, 2011. Disponível em: <<http://132.248.9.34/hevila/Nuevasociedad/2011/no234/4.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2017.



Féminisme autonome latino-américain et caribéen: en Bolivie, les *Mujeres Creando* revendiquent la décolonisation des corps

RÉSUMÉ: Dans cet article, je cherche à saisir la place qu'occupe le corps dans la praxis et dans la pensée du collectif bolivien anarchiste, féministe et anti-impérialiste, *Mujeres Creando*. Pour cela, je me penche d'abord sur la lecture des rapports de pouvoir que font les femmes du collectif, pour ensuite analyser les moyens qu'elles mettent en œuvre pour subvertir ce même pouvoir, en mettant en jeu leurs corps. Ces partisans conçoivent leurs propres corps comme des territoires occupés par le pouvoir, et à décoloniser. Au travers de leurs performances d'art-action, elles cherchent à déstructurer les normes pour ouvrir la voie à un nouvel imaginaire politique dans leur société.

MOTS CLEFS: Féminisme. Bolivie. Corps. Décolonial. Performance.

Hélène LAMBERT

Fez graduação em ciências políticas e mestrado em antropologia na Université Libre de Bruxelles. Esteve em intercâmbio na Universidade Federal de Santa Catarina em 2015. Durante o seu mestrado, se especializou em questões de gênero. A sua dissertação de mestrado, apresentada e defendida na Bélgica, tratou do coletivo boliviano Mujeres Creando.

Recebido em: 30/09/2017

Aprovado em: 08/11/2017